

# **ESPASMOS ANTI-SISTÊMICOS NO MODERNO SISTEMA MUNDIAL: UTOPIA *FALANSTERIANA* NO SUL DO BRASIL NO INÍCIO DO SEGUNDO REINADO**

*Hoyêdo Nunes Lins*<sup>(\*)</sup>

## **Resumo**

O trabalho focaliza a tentativa de colonização protagonizada por seguidores de Fourier, socialista utópico francês, na Província de Santa Catarina durante a primeira metade da década de 1840. Descreve-se a iniciativa, descortinam-se os elementos centrais do ideário que lhe serviu de inspiração e, com base na abordagem de Immanuel Wallerstein sobre o “moderno sistema mundial”, procura-se relacionar tanto as ações que se materializaram no empreendimento quanto a matriz doutrinária subjacente com os processos em curso naquele período da trajetória da economia-mundo capitalista.

## **1. Introdução**

Este artigo ocupa-se de comportamentos anti-sistêmicos, um assunto que se encontra na ordem do dia em que pese a amplitude e o caráter difuso da noção correspondente. Se toda iniciativa que represente contestação à ordem geral estabelecida admitir a designação de anti-sistêmica, é possível dizer que a atualidade do tema transparece, por exemplo, tanto nas estridentes manifestações de Seattle e Gênova contra a globalização como na ofensiva que aturdiu o planeta em 11 de setembro de 2001, sintetizada na destruição das torres do World Trade Center, em New York.

Neste trabalho, a postura anti-sistêmica considerada situa-se no terreno da pesquisa em história econômica. Refere-se à tentativa de criação, na primeira metade dos anos 1840, de uma colônia industrial no litoral norte da então Província de Santa Catarina por franceses seduzidos pelas idéias de Fourier, socialista dito utópico que, ao lado de Saint-Simon e Owen, é apontado como um dos precursores do socialismo. O aspecto anti-sistêmico que se tenta perscrutar tem a ver com a matriz doutrinária do projeto de colonização: como outros socialistas utópicos, Fourier deplorava fortemente os reflexos da expansão industrial em bases capitalistas, tendo procurado

vislumbrar formas de organização social que contribuíssem para mitigar as dificuldades dos trabalhadores e representassem alternativas ao desenvolvimento social. Colônias industriais – consubstanciadas em *falanstérios*, termo criado pela fusão de “falange” e “monastério” (Güttler, 1994) – configurariam estruturas que, impregnadas de forte sentido comunitário, mostrar-se-iam aptas, no entendimento de Fourier, a representar novas e diferentes possibilidades.

Perceber a assinalada iniciativa de colonização como anti-sistêmica requer situá-la em face da ordem geral vigente no período histórico considerado. Para isso, buscou-se inspiração na análise de Immanuel Wallerstein sobre o moderno sistema mundial (Wallerstein, 1979; 1984; 1998), um enfoque orientado à investigação de mudanças sociais em que se propugna que (a) o esforço analítico deve ser orientado à abordagem de *sistemas sociais*, (b) “o único sistema social (...) [existente é] o sistema mundial” (Wallerstein, 1979, p. 12), (c) é possível “explicar as mudanças nos Estados soberanos como conseqüências da evolução e da interação do sistema mundial” (ibid.) e (d) “os Estados não se desenvolvem e não podem ser compreendidos exceto no contexto do desenvolvimento do sistema mundial” (op. cit., p. 94). Conceber assim a pesquisa sobre a mudança social implica raciocinar em termos de transformações muito lentas, desenroladas por longos períodos. Wallerstein (op. cit.) evoca esse aspecto central de sua abordagem ao escrever:

“A mudança é eterna. Nada muda jamais. Os dois tópicos estão ‘certos’. As estruturas [sociais] são os recifes de coral das relações humanas, que têm uma existência estável durante um período relativamente longo de tempo. Mas as estruturas também nascem, se desenvolvem e morrem” (p. 7)

Inspirada em agenda de pesquisa que ganha espaço no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina, a opção de abordar o indicado projeto de colonização industrial, assim como o seu substrato teórico, em associação com o enfoque *wallersteiniano* sobre o moderno sistema mundial foi estimulada pelo interesse nos processos subjacentes à iniciativa colonizadora e à conformação do pensamento de Fourier. À luz da análise de Wallerstein, pode-se desde logo propor que tais processos devem ser localizados nos grandes movimentos do sistema mundial durante as últimas décadas do século XVIII e as primeiras do século XIX, quando a economia-mundo capitalista surgida na Europa três séculos antes apresentava uma notável expansão. O que significam as expressões “moderno sistema mundial” e “economia-mundo”? O melhor é dar a

palavra a Immanuel Wallerstein.

“Em fins do século XV e princípios do XVI nasceu o que poderíamos chamar uma economia-mundo européia. Não era um império, mas, não obstante, era espaçosa como um grande império e compartilhava algumas de suas características. Entretanto, era algo diferente e novo. Era um tipo de sistema social que o mundo, na realidade, não havia conhecido anteriormente, e que constitui o caráter distinto do moderno sistema mundial. É uma entidade econômica, porém não política, ao contrário dos impérios, das cidades-Estado e das nações-Estado. De fato, compreende, precisamente, dentro de seus limites (é difícil falar de fronteiras), impérios, cidades-Estado e as emergentes ‘nações-Estado’. É um sistema ‘mundial’ não porque incluía a totalidade do mundo, mas porque é maior do que qualquer unidade política juridicamente definida. E é uma ‘economia-mundo’ devido a que o vínculo básico entre as partes do sistema é econômico, embora esteja reforçado em certa medida por vínculos culturais e, eventualmente, (...) por acordos políticos e inclusive por estruturas confederadas” (Wallerstein, 1979, p. 21).

.....  
.....  
“A peculiaridade do sistema mundial moderno é que uma economia-mundo tenha sobrevivido durante quinhentos anos e ainda não tenha chegado a se transformar em um império-mundo, peculiaridade que é o segredo da sua força.

Esta peculiaridade é o aspecto político da forma de organização econômica chamada capitalismo. O capitalismo foi capaz de florescer precisamente porque a economia-mundo continha, dentro de seus limites, não um, mas múltiplos sistemas políticos” (op. cit., p. 491).

O recurso à análise de Wallerstein implica que a aludida colonização e o esquema de pensamento que lhe forneceu os contornos não de ser conectados à trajetória da economia-mundo capitalista, pedra angular do sistema social correspondente ao moderno sistema mundial. Mas não é com Wallerstein que se começa o artigo. Primeiro descreve-se a epopéia dos *fourieristas* franceses na Província de Santa Catarina. Em seguida, após discorrer brevemente sobre as idéias de Saint-Simon e Owen, aborda-se o pensamento de Fourier, realçando-lhe o caráter inspirador de comportamentos anti-sistêmicos. Só depois é que se foca o contexto em que o *fourierismo* e outras idéias socialistas utópicas surgiram e adquiriram vulto, e em que experiências como a do *falanstério* em Santa Catarina foram encorajadas: a situação da economia-mundo capitalista na virada para o século XIX e nas primeiras décadas deste. Nas considerações finais, alude-se rapidamente à situação do Brasil no moderno sistema mundial, raiz aparente da simpatia que o projeto de colonização industrial despertou no governo do Segundo Reinado.

## **2. Colonização Industrial no Saí: Utopia e Frustração**

Nos primeiros dias de janeiro de 1842, o porto de São Francisco do Sul (litoral norte de Santa Catarina) assistiu ao desembarque de dezenas de franceses que, em viagem desde Le Havre (litoral norte da França), provinham do Rio de Janeiro, após passagem pela capital do Brasil que não se prolongou por muito mais de duas semanas. Para bom número de recém-chegados, também a permanência na vila de São Francisco não foi longa. Apesar dos contratempos, que serão mencionados posteriormente, logo teve início o percurso rumo à Península do Saí, localizada no continente defronte à Ilha de São Francisco do Sul. A Península do Saí fora o local escolhido – com o consentimento e, mais do que isso, com o apoio do governo brasileiro, como se mostrará – para a instalação de uma colônia industrial na Província de Santa Catarina. Os franceses que pisaram o solo catarinense em janeiro de 1842 integravam leva de viajantes pioneira, entre as cinco que até o início de 1844 foram sucessivamente organizadas para o trajeto França-Brasil com destino à área do Saí (Güttler, 1994). Sua chegada representou o começo de uma experiência comunitária, idealizada para envolver aspectos tanto produtivos como de relacionamento amplo entre as pessoas, que acabou suscitando grande expectativa, seja no governo central, seja na Província.

Entretanto, os movimentos iniciais desse empreendimento foram desencadeados bem antes, com interessante seqüência de acontecimentos. O primeiro aspecto a ser focalizado diz respeito ao papel desempenhado pelo Dr. Mure, médico francês nascido em Lyon que abraçara a novidade terapêutica então representada pela homeopatia. Convertido às idéias de Fourier, e inspirado nas formulações deste, Mure decidira empreender, no âmbito de uma organização que criara na França com outros partidários do *fourierismo*, denominada *Union Industrielle*, uma iniciativa colonizadora em terras brasileiras. Assinale-se que a criação de um *falanstério* no Brasil não representaria procedimento inédito na aplicação das idéias de Fourier no século XIX: “Dos anos 30 aos anos 50 daquele século, dezenas de tentativas falansterianas foram realizadas no Velho e Novo Mundo (...)” (Güttler, op.cit., p. 50). As medidas formuladas e depois implementadas tampouco teriam valor de iniciação do Dr. Mure na matéria. “Seu nome [já] aparece, em 1840, numa subscrição em favor do estabelecimento de um primeiro falanstério em outro continente (...)” (S. Thiago, 1995, p. 51). A investida que resultou na colonização do Saí também não significaria o primeiro contato do pensamento de Fourier com o Brasil: de 1840 a 1846, a

Província de Pernambuco contou com os serviços do engenheiro francês Vauthier, um *fourierista* que não se furtou a difundir, ainda que num círculo necessariamente restrito, o ideário socialista do seu principal inspirador.

O propósito de criar uma colônia industrial no Brasil fez o Dr. Mure viajar ao País em 1840, onde passou a divulgar, na capital do Império, as suas pretensões. Apostando no efeito de suas palavras no governo brasileiro, de cuja aquiescência e suporte iria forçosamente precisar, o médico expôs o projeto em uma longa carta estrategicamente enviada ao *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, que a publicou em 17 de dezembro de 1840. Transcrita por Boiteux (1944), em artigo intitulado “O Falanstério do Saí”, essa correspondência permite conhecer aspectos do que Mure e seus parceiros tinham em mente.

- o alicerce básico do empreendimento seria o princípio da associação, que se faria presente de diversas formas, inclusive transcendendo a órbita da produção: por exemplo, uma módica dedução do resultado do trabalho dos integrantes da colônia possibilitaria a operacionalização de um fundo para as circunstâncias de doença, de falta ao trabalho e das exigências da velhice; a contribuição de cada membro, independente de necessidade particular, garantiria também os gastos de todas as famílias com a educação das respectivas proles;
- a educação seria unitária e orientada à formação de trabalhadores, respeitando-se as aptidões, sendo as iniciativas familiares no sentido de interferir nas carreiras dos filhos (pelo desejo de formá-los médicos ou advogados, por exemplo) coibidas com a perda do direito ao amparo financeiro proporcionado pela coletividade; a educação das crianças seria guiada pelo intuito básico de torná-la atraente, o que implicaria sessões breves e prazerosas, com variação nos conteúdos, combinando-se o ensino voltado às atividades agrícolas e manufactureiras; a educação tinha grande destaque no projeto, ainda mais que as diferentes tarefas de manutenção e desenvolvimento da colônia seriam destinadas aos membros que demonstrassem capacidade para executá-las;
- o sentido associativo transpareceria acima de tudo no tipo de habitação proposto, pois uma só edificação preencheria todas as necessidades nesses termos; o prédio abrigaria aposentos de dimensões variadas, que seriam alugados aos colonos a preços vinculados ao custo de construção, assim como refeitórios, oficinas e até, mais tarde, livraria, museu e teatro; a cozinha seria

única, tanto quanto a adega, o armazém e o celeiro; em suma, anunciou-se que as “disposições interiores (...) [do *falanstério* atenderiam do modo] mais favorável possível às necessidades da indústria agrícola e manufatureira e mesmo ao prazer dos colonos” (Mure apud Boiteux, 1944, p. 52).

- a idéia era criar um núcleo industrial que se destacasse no cenário socioeconômico do Brasil-Império, atraindo o interesse de forma generalizada e, em decorrência, estimulando a propagação do experimento; tal propósito exigiria suficiente capacidade técnica e organizativa, requisito que seria considerado na seleção dos colonos em território francês: a opção preferencial envolvia principalmente trabalhadores que pudessem construir máquinas a vapor, e, de fato, para a primeira leva de migrantes, já teriam sido recrutadas pessoas com formação em engenharia e para as quais a invenção de máquinas não era algo estranho, além de metalúrgicos, maquinistas e contra-mestres, entre outros; na opinião do Dr. Mure, “pela reunião de tais meios começaria a realizar-se a grande e fecunda aplicação das forças mecânicas à agricultura” (op. cit., p. 48); num país escassamente povoado de atividades industriais, esses atributos da colônia representariam benefício certo, ainda mais pelo significado potencial das máquinas a vapor para os transportes e comunicações numa imensa costa marítima;
- as atividades produtivas seriam escoradas por um banco próprio, que operaria a um só tempo como caixa econômica e caixa de desconto; dispondo das colheitas e mercadorias oriundas do trabalho na colônia, o banco faria avanços correspondentes que permitiriam aos colonos aguardar o melhor momento para as vendas; o banco também concederia acesso aos recursos de acordo com a habilidade e a moralidade dos demandantes, acudiria financeiramente os necessitados nas vezes em que isso fosse preciso e faria ainda a distribuição da terra, já que esta, embora permanentemente indivisa, seria objeto de arrendamento anual entre colonos ou grupos de colonos que almejassem o seu adequado cultivo.

A parte final da carta, que pode ser considerada apoteótica, é rica em indicações sobre a alta voltagem utopista incrustada na proposta de Mure e seus parceiros.

“[[P]ossamos em breve ver erguer-se e florescer a primeira colônia societária; a fama da venturosa vida que aí vivermos excitará todas as atenções, e o contágio do nosso exemplo chamará em breve em redor de nós inúmeros

imitadores. As artes e a poesia, frutos da ventura social, brotarão em breve em nosso meio; a associação tornará fáceis todas as empresas, extinguirá todas as discórdias e dirigirá para a produção as forças que hoje se destroem pelo choque dos interesses. (...) Enfim, a fama de tão bela mudança atravessará o Atlântico. Os povos da velha Europa que sofrem, respirarão um momento em seus leitos de dores. Se atualmente atravessam eles aos milhares os mares em busca de algum alívio a seus males, quem poderá dizer que febre de emigração os acometerá quando souberem que o grão problema da felicidade está entre nós resolvido?” (Mure apud Boiteux, 1944, p. 53).

Essa declaração de propósitos teve repercussões inegáveis no ministério imperial. Não permite julgar diferentemente o fato de o contato do Imperador com o projeto de colonização ter sido providenciado por um ministro. D. Pedro II recebeu a proposta diretamente do médico francês, que aproveitou a oportunidade para ler um memorial em que destacava o quanto a pretendida iniciativa haveria de representar para o Brasil e para o governo do jovem monarca (que não tinha mais que 16 anos). O desdobramento mais importante desse encontro foi, certamente, a permissão para que Mure embarcasse num navio da Marinha de Guerra em direção à capital da Província de Santa Catarina, munido de orientação ao governo provincial para que lhe fosse concedido o apoio necessário à descoberta de localidade para uma colônia industrial.

Após percorrer algumas áreas, inclusive na porção meridional da Província, Mure seguiu para o norte, rumo a Itajaí e posteriormente a São Francisco do Sul. As condições encontradas neste município – onde, conforme carta para o *Jornal do Commercio*, publicada em 27 de março de 1841 (transcrita em Boiteux, 1944), “parece que a natureza se esforçou para criar (...) um centro comercial e militar de primeira ordem” (Mure apud Boiteux, 1944, p. 56) – fizeram o idealizador do projeto decidir-se por essa área do território catarinense. Nessa mesma carta, o francês indicou a localidade exata que escolhera para o futuro empreendimento: a Península do Saí, “coberta de boas madeiras de construção, (...) [com] as melhores matas e grande número de cascatas, tão necessárias para um emprego industrial (...). Quanto à terra (...), reúne todas as vantagens que eu podia desejar e que achei separadas em outras partes, e tudo o mais (...) pareceria (...) [indicar a área como apropriada] para a fundação da colônia societária” (op. cit., p. 58). Mure mencionou uma liderança local, o Coronel Camacho – a quem o governo da Província concedera direitos sobre terras para uso agrícola –, que se entusiasmara tanto com o projeto que até se declarou disposto a abrir mão de parte daqueles direitos em prol da colônia industrial. Uma correspondência de Mure, de 27 de fevereiro de 1841, postada em São Francisco para

o Presidente da Província de Santa Catarina – objetivando dar conta dos resultados da viagem em terras catarinenses e agradecer o auxílio do governo – também salientou essa disposição do Coronel Camacho, qualificando-o como indivíduo dotado de “generosidade e patriotismo iluminado” (Uma carta..., 1914, p. 15).

De retorno ao Rio de Janeiro, Mure conseguiu um novo encontro com D. Pedro II, a quem entregou documento com o relato da expedição. Pontilhado de insinuentes observações sobre o alcance inclusive político da iniciativa proposta – o francês sugeriu a sua provável reverberação positiva em uma grande região cujo extremo sul convivia com a Guerra dos Farrapos –, e também sobre o que o empenho do governo haveria de significar na trajetória de tão jovem chefe de Estado, o relato abriu caminho à solicitação de recursos financeiros ao governo do Brasil, algo decisivo para as pretensões do médico *fourierista*. Em julho de 1841, os parlamentares assentiram que se destinassem, no orçamento do ministério do império, 64 dos 80 contos de réis inicialmente pedidos por Mure, a título de auxílio para a instalação da colônia industrial no Saí. Contribuiu para a concessão, seguramente, a retórica do solicitante, exercitada em diversas cartas para o *Jornal do Commercio* ao longo dos meses (cartas sempre publicadas, sugerindo a simpatia desse jornal pelo projeto, talvez pelo fato de que o seu proprietário era francês). Também pesaram a obtida garantia de terras na área escolhida para o empreendimento e, possivelmente antes de tudo, o aceno de possível desencadeamento de dinâmica produtiva com tecnologia trazida do exterior e protagonizada por europeus, algo sem dúvida atraente em contexto de grandes dificuldades econômicas relacionadas, por exemplo, ao uso da mão-de-obra escrava.

Os esforços de Mure foram coroados no início de dezembro de 1841 com a assinatura do contrato que estabelecia as condições para a criação e o funcionamento da colônia industrial. Ostentando como contratantes o Dr. Mure e, representando os interesses do Estado brasileiro, o ministro encarregado dos negócios do Império, o contrato desdobrava-se em 14 tópicos que identificavam o objeto da celebração e apontavam as obrigações, até com a discriminação e a destinação dos recursos disponibilizados pelo governo imperial. Cabe destacar a natureza desses recursos: não se tratava de doação, mas de adiantamento de fundos, que passariam a ser reembolsados quando a colônia pudesse se manter por si própria, sendo que qualquer descumprimento viria a ser seguido de seqüestros anuais de partes da produção até a restituição integral. Também merecem realce os itens sobre a proibição de compra e



uso de escravos, sobre o confinamento dos membros da colônia ao espaço do empreendimento, para fins de trabalho, e sobre a proibição do comércio com o exterior enquanto os colonos não estivessem naturalizados brasileiros. Por último, estipulava-se que o governo poderia inspecionar a colônia todas as vezes que considerasse necessário, para verificar o cumprimento dos termos contratuais, e que para tanto era preciso acesso a todos os documentos e registros existentes.

A assinatura do contrato ocorreu três dias antes da chegada do navio com os cem primeiros colonos ao Rio de Janeiro, o que pode ser interpretado como sinal de ousadia (ou de imprevidência) dos organizadores da empreitada, já que o embarque fora providenciado sem que tivesse ocorrido o comprometimento formal do governo brasileiro. Entretanto, mesmo sem as vicissitudes que poderiam advir da precipitação de Mure, não faltaram problemas nos primeiros passos do projeto colonizador.

Com efeito, no primeiro semestre de 1841, a *Union Industrielle*, criada em Paris para abrigar institucionalmente a iniciativa *fourierista* no Brasil, fora modificada pelos seus outros fundadores, com a incorporação de pessoas cujos princípios não eram compartilhados por Mure (o médico dizia serem *saint-simonistas*, com idéias que contrastavam com as dos *fourieristas*). A mudança ocorreu à revelia da opinião de Mure, que se encontrava no Brasil e não foi consultado, e inoculou-lhe considerável insegurança, tendo em vista a perda de confiança nos sócios. De outra parte, dois desses sócios, ao chegarem ao Rio de Janeiro com a primeira leva de colonos, souberam que Mure conseguira a concessão das terras para a colônia em seu próprio nome, em vez de no da *Union Industrielle*. Descobriram também que o médico não os tinha informado sobre a maior parte dos termos do contrato com o governo imperial, isso logo após Mure ter partido para São Francisco do Sul sem comunicá-los, deixando-os na capital em companhia de vários colonos, cujos pertences, todavia, seguiram viagem. Dos franceses que continuaram o trajeto para Santa Catarina, um certo número decidiu abandonar o grupo sob a liderança do Dr. Mure já na chegada, levando consigo parte do material trazido a bordo, para cuja recuperação o médico necessitou de ajuda policial. O desligamento resultou de desgosto com o que ocorrera no Rio de Janeiro e com as condições de recepção, que denotaram deficiente preparação. Já tensa, a atmosfera deteriorou-se ainda mais com as crescentes evidências de indefinição e desorientação sobre o comando da colônia, gerando agravamento da insatisfação dos outros colonos, que passaram a ameaçar com a dissidência. A chegada a São Francisco do Sul, dias depois, dos sócios que

tinham sido deixados no Rio de Janeiro acirrou ainda mais os ânimos. Certamente por terem realizado a seleção dos viajantes na França, os sócios puderam mobilizar facilmente os descontentes, que, a partir de assembléia pública, passaram a desconsiderar os direitos de empreendedor de Mure e ocuparam a sede da colônia, forçando o médico a transferi-la. De outra parte, só uma minoria dos colonos aceitou os termos do contrato que este lhes apresentou, permanecendo o restante em situação que as autoridades brasileiras não sabiam como tratar.

Assim, o empreendimento no Saí nasceu sob o signo de fortes desavenças, em meio a uma renhida disputa de poder. A cisão do grupo fez com que parte dos franceses permanecesse na vila de São Francisco do Sul em condições deploráveis, inclusive pela proibição de trabalhar fora da colônia. A disputa evoluiu a ponto de se tornar foco da atenção do Juiz de Paz local e mesmo do Presidente da Província de Santa Catarina, que acabou por solicitar ao ministro do Império a concessão de terras devolutas da Península do Saí, além de recursos em adiantamento, para que os dissidentes pudessem se instalar por conta própria, de acordo com o pedido destes. A administração provincial, respaldada em decisão do governo do Império, reafirmou os direitos de Mure, ao mesmo tempo em que procurou agir, embora sem sucesso, para conciliar os franceses. Tanto a posição do médico foi sustentada pela ação pública, que os ex-sócios foram obrigados a comprar as terras que haviam solicitado para os dissidentes, tendo em vista a recusa do governo no Rio de Janeiro em concedê-las: foi onde instalou-se, em abril de 1842, a colônia do Palmital, com cerca de 40 colonos. Mure, em que pese os problemas (ou também por causa deles, que exigiam uma rápida demonstração de eficiência e de controle da situação), acelerou a instalação do que ficou conhecido como colônia do Saí, e já em abril de 1842 a maioria dos que permaneceram sob a sua liderança – Güttler (op. cit.) informa que 17 colonos fundaram essa colônia – já se encontrava estabelecida. Isso significa que dos imigrantes embarcados na França menos da metade engajou-se no tipo de empreendimento para o qual tinha atravessado o Atlântico. A maioria dispersou-se, quer no Rio de Janeiro, na chegada, quer na região de São Francisco do Sul.

De todo modo, uma vez criadas, as colônias do Saí e do Palmital apresentaram um certo progresso. Mais do que isso, lograram até mesmo estabelecer, a despeito das turbulências iniciais, uma certa relação entre si, fruto de iniciativa do governo da Província que resultou em um contrato entre ambas.

Cartas de Mure ao *Jornal do Commercio*, comentadas por Güttler (op. cit.),

uma das quais – publicada em 6 de junho de 1842 – transcrita em Boiteux (1944), dão conta de que em alguns meses a colônia do Saí testemunhara diversas iniciativas: desmatamentos, abertura de caminhos, plantações, criação de algum gado, construções para moradia e outros fins, além da instalação de oficinas, de máquina para descascar arroz e de uma forja que, segundo narrado, prestava serviços que beneficiavam até os moradores das proximidades, que deixaram de ter que se deslocar até a Ilha de São Francisco para as necessidades correspondentes. Falou-se também no início de trabalhos hidráulicos e relacionados a uma represa. O relatório do inspetor Mafra, designado pelo governo da Província para acompanhar o andamento da colonização, reiterou em meados de 1842, conforme salienta Güttler (op. cit.), muitas das informações divulgadas por Mure, tecendo inclusive elogios à qualidade do que pudera ser observado e à engenhosidade dos franceses, além de informar que, caso mais recursos estivessem disponíveis, tanto a represa quanto a serraria mecânica em implantação já estariam prontas. O inspetor não deixou de registrar, contudo, em tom de reprovação, o uso de trabalhadores jornaleiros oriundos das proximidades, o que era motivado pelo fato de que o número de colonos reunidos em torno de Mure era reconhecidamente muito pequeno. Sobre a colônia do Palmital, o relatório do inspetor informou serem maiores as dificuldades: tinham olaria e forja e faziam carvão, mas nada plantavam, restringindo-se a produzir pequenas embarcações; embora mais numerosos que os colonos do Saí, os seus integrantes eram desunidos, tanto que vários casos de deserção haviam ocorrido.

Apesar do otimismo do inspetor Mafra e, principalmente, do entusiasmo incrustado nas descrições de Mure, os meses subseqüentes revelaram-se difíceis no empreendimento colonizador (considerando-se as duas colônias como partes de uma mesma iniciativa). Os desentendimentos iniciais tinham sido decisivos para a quebra de confiança em todos os níveis: entre os colonos, entre as lideranças e no governo (tanto no Rio de Janeiro como na Província). Muitos colonos sofreram perdas materiais; as dissidências representaram a dispersão da maioria dos imigrantes em precárias condições e a escassez de braços para desenvolver a colonização; a inexistência de garantia de escoamento para os produtos, sem que o governo se envolvesse como comprador, por exemplo, tornou insustentáveis os planos de fabricação de máquinas a vapor em local tão distante das áreas de maior concentração populacional no País. O resultado da escalada de dificuldades, após período inicial de uma certa efervescência nas iniciativas, foi um dramático e irreversível declínio. Já no

final de 1842, um observador louvava o que se fizera no Saí, corroborando algumas notícias de Mure e pontos do relatório do inspetor provincial, mas salientava que os imigrantes – engenheiros, maquinistas, carpinteiros, entre outras profissões de cunho urbano – estavam envolvidos com atividades ligadas à terra, num evidente descompasso e com resultados aquém do que se poderia obter caso tivessem familiaridade com tais atividades. Isso representava igualmente desperdício das capacidades e dos talentos, o que figurava entre os fatores da elevada dispersão dos franceses. As levas de colonos que foram chegando sucessivamente ao Rio de Janeiro, informadas da situação existente na Península do Saí, sequer tomavam o rumo de Santa Catarina, impossibilitando o equacionamento da escassez de mão-de-obra, que só se agravou.

Em face do turbilhão de dificuldades, Mure abandonou o Saí e estabeleceu-se no Rio de Janeiro, deixando a “sua” colônia nas mãos dos societários do núcleo do Palmital. Um desses societários, inquirido sobre o quadro vigente pelo governo da Província, produziu em novembro de 1843 um relatório do qual emergia um retrato muito negativo do empreendimento como um todo. Transcrito integralmente por S. Thiago (1995), o relatório informou que não tinham ficado mais do que 38 colonos franceses na área (16 na colônia do Saí e 22 na do Palmital), com instalações, obras iniciadas e atividades que compunham um cenário extremamente precário, muito distante do que se idealizara e até do que se descrevera meses antes. Na capital do Império, o Ministro da França no Brasil, atormentado pelo assédio dos colonos franceses frustrados – mais de 400 chegaram ao Brasil em diversas viagens, a maior parte dos quais nunca pisou o solo catarinense –, reivindicou em maio de 1844 a interrupção do processo migratório junto ao governo imperial, posição que, somada ao efeito do relatório de novembro de 1843, provocou não só o término desse fluxo, mas igualmente o encerramento das colônias na Península do Saí. Cabe assinalar, segundo realçou S. Thiago (1995), que os 5 chefes de família que ficaram na área até agosto de 1844 celebraram um novo contrato, criando a Nova Sociedade Industrial do Saí, sob a liderança de um dos ex-sócios do Dr. Mure. A intenção era retomar o projeto inicial, guardando fidelidade em relação ao pensamento de Fourier, mas as mesmas dificuldades anteriores persistiram, mantendo contexto de problemas que foram agravados pela recusa do governo provincial em conceder o apoio solicitado para a continuação, em alegadas novas bases, da iniciativa societária.

Parece que a trajetória da colonização no Saí, marcada desde os primeiros

passos por desavenças e caracterizada pela brevidade e pela frustração generalizada, deixou um travo bastante amargo na memória da Província de Santa Catarina. Coelho, em livro com diversos *flashes* sobre a história provincial – livro antigo, reimpresso em 1877 (Coelho, 1877) –, culpa duramente o Dr. Mure, a quem acusa de ter iludido os colonos franceses com “grandes vantagens e um decantado comunismo” (p. 92), e, nas entrelinhas, critica também o governo, pois “concorreu o Estado com soma avultada de dinheiro e concessões de terras” (ibid.). Nem os próprios colonos são poupados na ácida abordagem sobre o malogrado experimento:

“tudo (...) foi infrutuosamente empregado, e assim era de esperar, por isso que não é com relojoeiros, ourives, modistas, etc., mas sim com outros homens que podem ser povoados os nossos sertões. A abertura de estradas e canais, a navegação de rios, arroteamento de terras, o corte de madeiras, que tudo exige insanos trabalhos e incômodos, antes dos demorados gozos, não se obtêm com homens nascidos entre as delícias de Paris e Versailles” (Coelho, 1877, p. 92-93).

Que idéias puderam ser tão influentes e insinuantes a ponto de levar aqueles franceses a deixar as suas origens e se engajar na aventura de reconstruir as condições de vida em terras tão distantes quanto pouco conhecidas? O que significava, afinal, o *fourierismo*?

### **3. Socialismo Utópico, Inspirador de Condutas Anti-sistêmicas**

Auxilia a considerar as perguntas acima um trecho da primeira carta do Dr. Mure ao *Jornal do Commercio* redigida (em junho de 1842) após o início das atividades na Península do Saí. As palavras que interessam, transcritas a título de encaminhamento da abordagem desta seção, são as seguintes:

“Nunca se levou a efeito um grande movimento de emigração sem um fim moral, sem uma agitação intelectual que a precedesse. (...) [A] revolução francesa foi como a da Inglaterra. Destruiu muito e criou pouco. Prometeu muito e realizou pouco; mas deixou nos espíritos grandes preceitos. Adiantou a ciência da humanidade, legou-nos Fourier e seu sistema” (Mure apud Boiteux, 1944, p. 81).

Se ainda fosse preciso, nesta altura do artigo, confirmar a inspiração *fourierista* da iniciativa no Saí, a última frase da citação mostrar-se-ia suficiente para dissipar quaisquer dúvidas. Não é, entretanto, com o propósito de tal confirmação que se usa esse extrato da correspondência de Mure. O objetivo é chamar a atenção para a existência de um “sistema” *fourierista*.

O francês François Marie Charles Fourier compõe a tríade de autores que Marx e Engels incluíram no célebre *Manifesto do Partido Comunista* sob o título “O socialismo e o comunismo críticos e utópicos” (Marx, Engels, 1973). Os outros são Claude Henri de Saint-Simon, também francês, e Robert Owen, britânico. Marx e Engels assinalam que as visões desses autores, forjadas durante o mesmo período da evolução européia, refletem a natureza embrionária do conflito entre proletários e burgueses (os três nasceram entre 1760 e 1772, sendo Saint-Simon o mais velho e Fourier o mais novo). Isso é coerente com o que pôde ser por eles testemunhado e vivenciado, mas implicou nos três casos uma escassa percepção das possibilidades de emancipação do proletariado, uma carência que teria comprometido o alcance das respectivas formulações teóricas e proposições. Em virtude disso, a crítica do *Manifesto* aos utopistas flui caudalosa. “O proletariado não existe para eles senão sob (...) [o] aspecto (...) [de ser a] classe mais sofredora. (...) [Eles] não cessam de apelar ao conjunto da sociedade sem distinção, até mesmo, de preferência, à classe dominante. (...) É por isso que rejeitam toda ação política, notadamente toda ação revolucionária, que querem alcançar seu objetivo por vias pacíficas e que tentam abrir caminho ao novo evangelho social através de pequenas experiências (...)” (Marx, Engels, 1973, p. 49). Mas os autores do *Manifesto* também louvam-lhes uma fecunda capacidade analítico-crítica: “Eles atacam todos os fundamentos da sociedade estabelecida. Essa é a razão pela qual produziram material de um valor enorme para abrir o espírito dos trabalhadores” (p. 50). Engels revisitaria o utopismo em pelo menos dois escritos posteriores: *A Guerra dos Camponeses na Alemanha*, de 1850, e *Socialismo Utópico e Socialismo Científico*, de 1892 (Engels, 1974, a,b) – o segundo é parte, depois publicada de forma independente, de um trabalho maior, de 1878, o *Anti-Dühring* (Engels, 1990). Os ataques ao pensamento utópico permaneceram, como se observa no texto de 1892: “esses novos sistemas sociais estavam de antemão condenados à utopia. Quanto mais eram detalhadamente elaborados, mais se perdiam na fantasia pura” (Engels, 1974b, p. 35). Ao mesmo tempo, continuava-se a atribuir-lhe grande importância: “(...) o socialismo teórico alemão não esquecerá jamais que se alçou nos ombros de Saint-Simon, Fourier e Owen, três homens que, malgrado todas as suas idéias quiméricas e suas visões utópicas, encontram-se entre os maiores cérebros de todos os tempos (...)” (Engels, 1974a, p. 38).

A classificação de utópicos, de românticos ou de precursores do socialismo pode sugerir que Saint-Simon, Owen e Fourier formaram um conjunto homogêneo

quanto à maneira de teorizar sobre o avanço social e quanto às iniciativas de reforma a serem privilegiadas. Tal conclusão seria equivocada. De uma forma geral, há “no socialismo ‘utópico’ (...) um elemento de edificação e planejamento orgânico que procura reestruturar a sociedade e, isso, não após a ‘extinção’ da ditadura do proletariado num futuro indeterminado, mas aqui e agora, a partir das condições atuais” (Buber, 1971, p. 27). Mas, além do impregnado voluntarismo, muitas vezes com tradução em experiências envolvendo “sociedades socialistas em miniatura e dentro de redomas (...) [que visavam] propagar-se e dominar (...) a totalidade do corpo social” (Petitfils, 1977, p. 12), não é muito fácil encontrar coincidências quando o olhar procura um certo nível de detalhes nas diferentes contribuições.

Saint-Simon descendia de uma antiga linhagem da nobreza, o que significou garantia de uma educação de alta qualidade e implicou que boa parte da sua existência evidenciasse conduta dificilmente assimilável ao sentido do termo “socialista”. Entretanto, o conteúdo dessa vida, marcada por viagem na condição de oficial do exército francês, pela adesão, no retorno, aos ideais da Revolução Francesa e por iniciativas nos negócios que nem sempre foram bem vistas, aparentemente deixou de seduzi-lo, e o que se observou foi um mergulho compulsivo e apaixonado no estudo de diferentes disciplinas, seguido da publicação de diversas obras. Segundo Petitfils (op. cit.), a plena maturidade do seu pensamento corresponde ao período em que, já entrado nos 50 anos, refletiu e escreveu sobre a indústria. Tendo sido, entre os utopistas, o que melhor compreendeu a maré montante da “sociedade industrial” – Buber (op. cit.) nota que “Fourier, o mais jovem, ainda pertence em sua essência ao século XVIII, ao passo que o mais velho, Saint-Simon, já pertence ao século XIX” (p. 28) –, Saint-Simon concebeu o sentido da história como uma vagarosa e inapelável (ainda que cíclica) progressão da indústria, o que o inspirou a imaginar a sociedade do futuro nos moldes do funcionamento do sistema industrial em consolidação. Cada vez mais consciente sobre os perigos do liberalismo, e com fidelidade à idéia de que “na sociedade as partes deviam subordinar-se ao todo” (Wilson, 1987, p. 82), Saint-Simon exaltou a importância suprema do conhecimento científico para o avanço social e preconizou uma função primordial para os industriais – entendidos como todos os que contribuem para a formação da riqueza, de trabalhadores a empresários – na estrutura da sociedade (hierarquizada pelo critério do mérito), em detrimento dos ociosos, representados tanto por privilegiados (como os nobres e os membros do clero) quanto por aqueles que não se envolvem na produção e no comércio (Engels,

1974b). A utopia *saint-simonista* relaciona-se basicamente às expectativas derivadas de tal visão sobre a sociedade. Para Saint-Simon, com efeito:

“O desenvolvimento das relações comerciais e econômicas tende a aproximar os homens. (...) [A] tomada do poder pela classe dos industriais seria pacífica, em consequência da tomada de consciência, por parte destes, de seu papel e de sua missão. (...) O advento da sociedade industrial marcará o fim das lutas de classes e o início de uma era de concórdia universal, sem antagonismos e conflitos. (...) O Estado terá seu papel reduzido ao mínimo e acabará mesmo por se dissolver na totalidade do corpo social. (...) [A] constituição política será substituída por uma ‘constituição industrial’” (Petitfils, op. cit., p. 59).

Owen nada tinha de aristocrata e tampouco pôde usufruir de uma formação educacional privilegiada. Seu pai era um vendedor galês cujos meios parecem não ter sido capazes de lhe proporcionar mais do que uma aprendizagem prática sobre fabricação de tecidos, condição que, de todo modo, possibilitou a Owen um emprego no ramo têxtil em Londres. No entanto, suas qualidades individuais e o clima de expansão econômica que caracterizava a Grã-Bretanha nas últimas décadas do século XVIII traduziram-se em sucesso profissional para Owen, que, pouco depois, adquiriu fiações de algodão e deu início a uma brilhante carreira de produtor têxtil em New Lanark, na Escócia. Tal experiência coincidiu com os primeiros passos da sua reputação como grande filantropo, isto é, como empresário que, a partir da observação sobre o que a industrialização representava para os trabalhadores, passou a aplicar diversas medidas de corte social, como a redução do tempo de trabalho, a introdução de condições de trabalho mais seguras e menos insalubres, o oferecimento de possibilidades locais para a educação tanto infantil quanto adulta e a eliminação do trabalho para crianças, entre outras vantagens exclusivas. Suas idéias iam além, entretanto, do que servia como inspiração ao comportamento de “grande patrão esclarecido” (Petitfils, op. cit., p. 74) que progressivamente incorporou. Nutria forte apego à crença de que um ambiente com certas características seria capaz de plasmar diferentemente, para melhor, o comportamento humano, ainda que no começo a iniciativa se restringisse a uma pequena experiência social. A deterioração da conjuntura econômica e das condições sociais na Grã-Bretanha, na esteira da guerra de 1792-1815 com a França, foi interpretada por ele – com divulgação – como derivada do próprio modo de funcionamento da economia, que produzia uma “concorrência” exacerbada entre máquinas e trabalhadores, com um cortejo de redução nos salários e no consumo e de agravamento da pobreza. Portanto, a reconstrução da sociedade em outras bases, com realce para o associativismo e o



cooperativismo, era algo necessário e urgente, e isso deveria se dar na esfera das relações comunitárias – em vilas-modelo ou vilas de cooperação – sob o signo da reciprocidade, da propriedade mútua, da aproximação entre as atividades agrícolas e industriais e da harmonia e da solidariedade como principal cimento das relações (Petitfils, op. cit.; Buber, op. cit.). Contudo, a sua implícita crítica ao liberalismo e à propriedade privada, com acenos em direção à mudança social, rendeu-lhe a rejeição de muitos dos que tinham reverenciado o seu papel de filantropo (Engels, 1974b; Wilson, op. cit.) e estimulou-o a ir para os Estados Unidos, onde, pressentindo as possibilidades, instalou a comunidade de New Harmony. Esta foi a primeira das várias comunidades que criou nesse país entre 1825 e 1829, em procedimento que acabou por vincular irremediavelmente o seu nome ao universo do “socialismo utópico”, embora New Harmony tivesse resistido poucos anos, assim como as outras tentativas. De retorno ao seu país, e em meio a um diálogo até então inexistente com o movimento operário em expansão – que se deparava com o preocupante agravamento das condições sociais dos trabalhadores –, Owen manteve até morrer uma fé inabalável nas possibilidades de uma vida comunitária temperada por justiça, forte sentido moral e solidariedade.

Fourier não teve extração nobre como Saint-Simon, mas também não veio ao mundo em um berço relativamente humilde como Owen. Filho de negociante que também exercia (ao menos esporadicamente) funções ligadas ao Estado, foi encaminhado pelo pai, contra a sua própria vontade, para as atividades ligadas ao comércio. Isso, numa França imersa nas turbulências subseqüentes ao fim do *Ancien Régime*, acabou lhe permitindo experiências que marcariam decisivamente a sua formação. Adjetivos como compulsivo, contraditório, delirante, maníaco, ranzinza, teimoso e confuso, talvez entre outros ainda menos edificantes, foram utilizados para fazer referência à sua personalidade e ao seu comportamento. Mas a sua crítica das condições sociais foi reconhecida como penetrante por Engels (1974b), pois Fourier, “um dos maiores satiristas de todos os tempos” (p. 38), “desvela sem piedade a miséria material e moral do mundo burguês e a confronta com as promessas adocicadas dos filósofos das luzes sobre a sociedade (...)” (ibid.). De toda maneira, o mínimo que se pode dizer da sua obra é que se apresenta marcada por traços muito pessoais e que oferece, numa torrencial retórica cheia de neologismos e distribuída em um certo número de publicações, os contornos do que é designado como uma “teoria da atração passional”. Fourier identificou o período em que se encontrava a

humanidade como o da “civilização” (após uma seqüência contendo os períodos do “éden”, da “selvageria”, do “patriarcado” e da “barbárie”). Em que pese a denominação, aquele período caracterizava-se, na perspectiva do autor, pela desordem geral e pelo sofrimento causado pela miséria, fruto do desemprego e dos baixos salários. Reorganizar uma indústria “fragmentada”, principal origem desses problemas, e superar a “fragmentação social”, associada também à existência da família monogâmica, tida por ele como antinatural, como propícia ao rebaixamento da condição feminina e como apta a provocar/aprofundar o individualismo e o egoísmo, constituía para Fourier uma providência indispensável. Tal objetivo deveria ser buscado no interior de um sistema cujo alicerce básico era a idéia de “atração passional”, sintonizada com o entendimento de que o “prazer é o objetivo final da vida: nenhuma de suas manifestações deve ser afastada ou proibida” (Petitfils, op. cit., p. 96). De fato, o sonho de Fourier era nada menos que a liberdade total, o desatamento das paixões, a ausência de censura, até mesmo, talvez principalmente, da auto-censura e do auto-cerceamento, tudo com vistas a alcançar objetivos elevados.

Após a “civilização”, a humanidade deveria evoluir rumo à etapa da “harmonia”, que revelar-se-ia idílica, alegre, desprovida de aborrecimentos e caracterizada pela grande atratividade do trabalho, haja vista estar-se então no reino da “ordem passional”. Que engenharia podia figurar na base de uma tal progressão? Em livro que contém uma apresentação sintética da sua teoria, publicado pela primeira vez em 1829, Fourier assinala que o “estudo da atração passional conduz diretamente ao descobrimento do mecanismo societário (...)” (Fourier, 1989, p. 38), capaz de “criar a atração industrial: ver-se-á nela os (...) ociosos, inclusive os janotas ridículos, estarem de pé às quatro da manhã, tanto no inverno como no verão, para se entregarem com ardor aos trabalhos úteis (...)” (p. 37). O núcleo da organização societária seria a edificação denominada “falanstério”, de uso diversificado e comum. Por seu turno, a economia teria um perfil notadamente agrícola, mesmo que atividades manufatureiras fossem também contempladas, e os trabalhos seriam organizados em “séries passionais”, onde o engajamento seria livre, espontâneo e presidido pelo interesse de cada pessoa nas atividades correspondentes, com participação franqueada em tantas séries quantas se desejasse.

Esse é, em grossas pinceladas, o sistema *fourierista* a que aludiu o Dr. Mure na correspondência mencionada no início desta seção. E esta é a sua utopia: o visionário acreditava piamente, ou assim dava a entender, que a instalação de

“falanstérios”, com o impregnado sentido de reforma social, contaminaria a sociedade e acabaria por suprimir a ordem capitalista, mesmo que, na forma exposta, o seu “sistema não se (...) [ocupasse] das relações entre as unidades” (Buber, op. cit., p. 32). Seus seguidores encarregaram-se de colocar aquelas idéias à prova, multiplicando experiências na Europa e em outros continentes. Entre estas figurou a tentativa dos franceses na Península do Saí, valendo registrar que o que brevemente se apresentou nos parágrafos acima fornece uma idéia sobre o que estava em jogo para os idealizadores daquele projeto de colonização.

O pensamento de Fourier pode ser considerado inspirador de condutas anti-sistêmicas na medida em que associa os males da sociedade na etapa da “civilização” ao industrialismo do sistema capitalista em franco crescimento, e também porque propugna iniciativas que, de diferentes formas, revelam-se na contra-corrente. As palavras de Fourier têm eloquência suficiente a respeito do assunto:

“O industrialismo é a mais recente de nossas quimeras científicas; é a mania de produzir confusamente, mas sem nenhum método de retribuição proporcional, sem nenhuma garantia, para o produtor ou o assalariado, de participar no aumento de sua riqueza (...)” (Fourier, 1989, p. 63).

“(...) o excesso de concorrência industrial conduz o povo civilizado ao mesmo grau de pobreza e de servidão que os populachos da China e do Indústão (...)” (op. cit., p. 64).

“Na tão elogiada Inglaterra, a metade da população encontra-se (...) a trabalhar dezesseis horas por dia, uma parte inclusive em oficinas infectadas, para ganhar *sete soldos de França*, em um país onde a subsistência é mais custosa que na França” (op. cit., p. 44-45)

“Os operários franceses são tão miseráveis que nas províncias de alta indústria (...) os camponeses, em suas choças de terra, não têm cama; fazem para si um leito com folhas secas que, durante o inverno, convertem-se em esterco cheio de vermes (...). O alimento nessas choças é da mesma elegância que o mobiliário” (op. cit., p. 65).

Nesse contexto, aos “abusos da indústria” (op. cit, p. 63) mostra-se necessário contrapor a

“(...) política societária, que tem por base a atração industrial, a repartição proporcional, a economia de movimentos, o equilíbrio da população e outras regras das quais se distancia em todos os sentidos o sistema industrialista de produção desordenada e sem nenhuma garantia de justiça distributiva” (op. cit, p. 63).

Que realidade é captada pelo termo “industrialismo”, na maneira utilizada por Fourier, uma realidade também mencionada, ainda que nem sempre com o mesmo intuito, nos enfoques de Owen e Saint-Simon? Como interpretar o fato de que a matriz do “anti-sistemismo” dos utopistas correspondia à situação vigente em dois dos principais países da Europa ocidental na virada para o século XIX? É hora de recorrer à análise de Wallerstein sobre o “moderno sistema mundial”, indicada na parte introdutória.

#### **4. A Economia-Mundo Européia na Virada para o Século XIX**

O final do século XVIII e o início do XIX testemunharam importantes mudanças econômicas e sociais em países do centro do sistema mundial. No plano econômico, assistiu-se à complementação da troca da Holanda pela Grã-Bretanha na condição de líder em âmbito internacional, com base em um crescente poderio comercial da segunda e no seu papel em termos de progresso técnico e tecnológico em setores industriais chaves como o têxtil (de algodão) e a manufatura de ferro. No plano político, a Revolução Francesa e seus desdobramentos influenciaram fortemente as décadas subseqüentes, com reflexos que transbordaram de forma ampla o espaço imediato da sua ocorrência.

A conjuntura era de crescimento econômico. De fato, interessado na caracterização dos movimentos oscilatórios que perpassam a história do capitalismo, Kondratieff (1949) situou na virada para o século XIX a fase ascendente do que foi por ele identificado como o primeiro ciclo longo da economia capitalista. Manuseando dados sobre preços, juros, salários, comércio exterior, produção/consumo de carvão e produção de ferro, referentes a Inglaterra e França, o autor procurou mostrar a presença de ciclos – com longa duração – na vida econômica, com sucessão de intervalos de crescimento e declínio que, no primeiro dos ciclos constatados, observava-se como expansivo o período aberto no começo dos anos 1790 e terminado entre 1810 e 1817, e como contracionista aquele entre 1810/17 e 1844/51. De sua parte, Maddison (1982), embora reconhecendo serem precários os dados por ele utilizados sobre a fase anterior a 1870, arriscou considerar que desde 1820 os principais países europeus tinham se engajado num crescimento econômico mais rápido e sustentado do que antes, até mesmo a Grã-Bretanha, que já vinha se expandindo com velocidade.

As expressões “industrialismo” e “abusos da indústria”, utilizadas por Fourier para aludir às dificuldades que a ordem econômica da época impunha aos trabalhadores, tanto quanto as considerações e iniciativas de Owen inspiradas pelas condições envolvendo o trabalho industrial, remetem diretamente ao substrato essencial da conjuntura econômica daquela virada de século. Está-se referindo ao conjunto de mudanças, observadas mais cedo e de forma mais clara na Grã-Bretanha, indicadas pela denominação “revolução industrial”. Landes (1994) assinala que não se tratou, nessas mudanças, somente da introdução de máquinas e de novas técnicas na produção industrial, a têxtil à frente, processos que representaram avanços consideráveis na mecanização, no uso de energia de origem não humana ou animal e na obtenção/preparação de matérias-primas. O principal aspecto distintivo era a “congregação de grandes corpos de trabalhadores num único lugar, para ali executarem suas tarefas sob supervisão e com disciplina; (...) em suma, (...) [o] que se tornou conhecido como sistema fabril” (p. 120).

As mudanças enfeixadas na consolidação do sistema fabril tiveram conseqüências sociais dramáticas. Observando a realidade de Manchester, Engels produziu um pungente relato sobre as condições dos trabalhadores na década de 1840, tendo chamado a atenção para o desemprego ocasionado pelo desenvolvimento do maquinismo, para as derivadas pressões sobre os salários e para a situação de penúria que caracterizava a classe operária britânica de um modo geral (Engels, 1985). Em “O Capital”, Marx discorreu longamente sobre os reflexos da mecanização aprofundada no tocante à apropriação, pelo capital, de forças de trabalho adicionais (mulheres, crianças), ao alongamento da jornada de trabalho e à intensificação do trabalho, antes de denunciar o “uso abusivo do maquinismo para transformar o trabalhador, desde a sua mais tenra infância, em parcela de uma máquina que faz, ela própria, parte de uma outra” (Marx, 1982, p. 403). Mesmo Landes (op. cit.), que se mostra loquaz sobre os “novos cenários de conforto e prosperidade para todos os homens [abertos pela mecanização]” (p. 12), percebeu-se compelido a admitir que “as vítimas da Revolução Industrial foram contadas às centenas de milhares, ou mesmo aos milhões (...)” (ibid.).

Esses processos foram registrados principalmente na Grã-Bretanha, líder nas mudanças tecnológicas introduzidas no final do século XVIII. Mas outros países europeus também vivenciaram essas transformações, ainda que em considerável atraso (de cerca de uma geração, conforme Landes, op. cit.) em relação ao primeiro.

A França foi um dos que absorveram os impulsos transformadores, embora lentamente: em 1847, apesar de um número de máquinas a vapor substancialmente menor vis-à-vis à Inglaterra, suas grandes fábricas contavam com mulheres e crianças na proporção de 25% e 15%, respectivamente, do contingente total empregado (Boissonat, 1982).

O contraste entre a Grã-Bretanha e a Europa continental, especialmente a França, pode ser iluminado pelos termos do debate sobre o “moderno sistema mundial”. Em conformidade com o enfoque *wallersteiniano*, pode-se esboçar uma aproximação a esse tópico desafiando a própria idéia de que aconteceu uma “revolução industrial”. Para Wallerstein (1998), com efeito, “o conceito de ‘revolução industrial’ e seu conceito correlato quase inevitável, o da ‘primeira revolução industrial’ da Grã-Bretanha, é profundamente enganoso” (p. 47). Contestar uma idéia que se encontra tão fortemente entranhada no discurso sobre a história do capitalismo denota uma certa ousadia. O próprio Marx considera que “é a máquina-ferramenta que inaugura no século XVIII a revolução industrial” (Marx, 1982, p. 359) e, assim, não admira ter conquistado espaço, inclusive entre autores marxistas como Hobsbawm (1979), a visão de que a Europa ocidental, encabeçada pela Grã-Bretanha, realmente vivenciou algo que admite a qualificação de “revolução industrial”, não obstante o sentido de mudança brusca impregnado na expressão. Contra tal postura, Wallerstein indica análises segundo as quais é possível considerar a existência de “revoluções industriais” nos séculos XIII e XVI e também em meados do século XIX e no XX, querendo isso dizer que o que tem sido apontado como “revolução industrial britânica”, pretensamente causadora de inflexão na trajetória do capitalismo, não constitui senão uma fase de uma evolução muito mais longa, a rigor desprovida de qualquer caráter revolucionário (Wallerstein, 1991).

Note-se que Wallerstein não labora sozinho esse terreno de interpretação. Em trabalho intitulado “A revolução industrial no século XVIII”, Mantoux (1962) consigna a sua preocupação em salientar a “continuidade dos fenômenos” (p. 473), indicando não ter versado, em seu estudo, sobre “nenhum [acontecimento] que tenha surgido de golpe, como por milagre; nenhum que não tenha sido preparado, anunciado, esboçado desde muito tempo” (ibid.). A posição de Mantoux é certamente interessante, mas Wallerstein trabalha com uma dimensão temporal ainda maior. Mais do que isso, este autor postula que indagar, com a lente da “longa duração”, sobre as mudanças notadas na Grã-Bretanha nas últimas décadas do século XVIII,

questionando a própria idéia de “revolução industrial”, requer antes de tudo identificar uma “constelação de posições relacionais dentro do marco de uma economia-mundo. É a economia-mundo que se desenvolve ao longo do tempo, e não subunidades dentro dela” (Wallerstein, 1998, p. 47). Desse modo, é importante procurar saber

“por que a economia mundial como um todo se desenvolveu como o fez em um momento dado do tempo (...), e por que nessa época se concentraram, em maior medida, as atividades econômicas mais rentáveis em uns Estados do que em outros (e por que se acumulou mais capital em uns do que em outros)” (op. cit., p. 47).

O primeiro aspecto a sublinhar, seguindo a argumentação de Wallerstein nos dois primeiros capítulos do terceiro livro da sua obra básica sobre o moderno sistema mundial (Wallerstein, 1998), é que o século XVIII ostentou notável prosperidade desde a sua terceira década, com incrementos na produção, nos preços e nas rendas que apresentaram continuidade até o início do século seguinte. E é nessa prosperidade que se deve buscar os elementos de resposta para a interrogação acima.

O século XVII se caracterizara, de uma forma ampla, por uma contração econômica que levou países do centro do sistema mundial a concentrar o esforço produtivo e as inversões em infra-estruturas de transporte e comercialização dentro das suas próprias fronteiras, para daí disputar os mercados mundiais (Wallerstein, 1984). O sucesso foi, todavia, desigual, pois a Holanda, anteriormente bem posicionada, acabou atingida pela concorrência da Grã-Bretanha e da França. Estas, ao longo de boa parte do século XVIII, ombrearam-se em capacidade de luta econômica, abrigando uma vagarosa reestruturação nos seus processos produtivos, uma redistribuição dos ingressos no seu interior e um relativo aumento da sua demanda interna, ao mesmo tempo em que forçavam, sobretudo pelo desempenho comercial, a ampliação das “fronteiras” da economia-mundo capitalista. Desse modo, não é difícil postular que as transformações tecnológicas, geralmente assimiladas pela historiografia econômica à “revolução industrial”, já se produziam antes, ainda que num ritmo bastante lento. Mas interessa sobretudo sublinhar que a flexão muscular britânica e francesa nas encarniçadas disputas do século XVII praticamente aniquilou produtores marginais nas entranhas da economia-mundo: os benefícios possíveis do período contracionista (benefícios parcos, em decorrência de uma demanda global estreita, coerente com um reduzido crescimento demográfico) foram canalizados, assim, pelos capitalistas de Grã-Bretanha e França, que passaram a desfrutar das

melhores condições de desempenho tão logo a curva da prosperidade acenou com um futuro mais alvissareiro.

Olhar as “posições relacionais no marco da economia-mundo”, como orienta Wallerstein, significa portanto comparar a evolução dos dois países postulantes à hegemonia no século XVIII, em conjuntura agora expansionista. O aproveitamento das vantagens derivadas do crescimento envolvia, entre outras coisas, a concentração das principais indústrias, no bojo de uma verdadeira reurbanização após a multiplicação das pequenas indústrias em meio rural que a Europa ocidental registrava desde o século XVII. Não era a Grã-Bretanha que reunia as melhores condições para tanto, pois nem figuravam nesse país as áreas mais industrializadas da Europa; na verdade, estas encontravam-se distribuídas na França, na Suíça e na Espanha. Assim, entre os dois principais contendores, era a França que se deparava com as melhores possibilidades, inclusive porque, já no século XVIII, a quantidade de unidades produtivas de maior escala existentes em seu território era comparativamente maior. No entanto, o que a trajetória desse século acabou evidenciando é que, “no período 1780-1840, a Grã-Bretanha logrou alcançar a posição central do setor industrial da economia-mundo de maior escala, relativamente mais mecanizado e de benefícios relativamente elevados, a expensas do resto e, mais diretamente, a expensas da França” (Wallerstein, 1998, p. 108).

De certa maneira inesperado, esse resultado derivou das conseqüências para o aparelho produtivo britânico da notável expansão do mercado desse país em escala mundial, a reboque do seu crescimento naval e colonial durante o século XVIII. A referida ampliação do mercado repercutiu numa onda de inovações que não só foi mais intensa na Grã-Bretanha do que na França, como também garantiu à primeira um grande salto de eficiência produtiva na década de 1780, sobretudo na indústria têxtil de algodão. Portanto, é fato que as mudanças tecnológicas percebidas mais claramente na segunda metade do século XVIII já tinham sido testemunhadas anteriormente, mesmo que de forma mais lenta do que no momento em que foram verificadas de modo concentrado, mas foi o quadro de ampla expansão econômica que impulsionou o aumento da mecanização e a especialização produtiva e imprimiu-lhes velocidade, com incidência privilegiada na Grã-Bretanha tendo em vista o acesso a enormes mercados mundiais garantido pela intensa aventura colonial e pelo poderio naval desse país.

Mas a evolução das relações entre Grã-Bretanha e França na esfera política



não foi menos responsável pela conformação dos termos da disputa entre ambas. Ainda no *Ancien Régime*, a França travou uma guerra com a Grã-Bretanha para tentar minar o grande poder que a segunda estava alcançando no comércio ultramarino (Guerra dos Sete Anos), um poder resultante de investidas em mercados extra-europeus, já que os preços britânicos suprimiam competitividade a esse país na concorrência com a França e com a Holanda. Ganhando a guerra, concluída com o Tratado de Paris em 1763, a Grã-Bretanha triunfou no comércio mundial, desalojando concorrentes e passando a abrigar inovações que lhe representaram vantagem competitiva na própria Europa. Para a França, a consequência foi o enfraquecimento da economia, pelo impacto nos complexos comerciais e industriais da sua costa atlântica e por uma deterioração nas finanças do Estado que conduziu a um endividamento em espiral. A percepção da perda de posição na disputa pela hegemonia fez a elite francesa introduzir medidas para fortalecer a sua agricultura e indústria, em tentativa de *catch up* que tinha como ponto forte a abertura do comércio de suas colônias, em 1784, na expectativa de maiores impostos (direitos alfandegários) e fortalecimento das finanças públicas. A frustração desses objetivos levou-a a firmar um tratado comercial com a Grã-Bretanha em 1786 (Tratado de Éden), pelo qual esperava mitigar (devido aos impostos) a sua crise financeira e induzir a modernização da sua indústria, por conta das pressões concorrenciais exercidas pelos fabricantes britânicos.

Apesar dos mecanismos de compensação comercial previstos no Tratado de Eden, a diferença de estrutura produtiva resultou para a França numa “importação massiva, um ‘autêntico dilúvio’ de manufaturas de algodão britânicas (e também de outras manufaturas)” (Wallerstein, 1998, p. 125), com vantagens para a Inglaterra na forma de um fortalecimento ainda maior da sua posição na economia-mundo, já que o acesso facilitado ao mercado francês representou ganhos de escala que redundaram na diminuição dos preços britânicos na América do Norte e em diferentes mercados. No lado francês, a profunda degradação das condições econômicas e sociais, na esteira da incapacidade para fazer frente à concorrência exacerbada, conduziu à Revolução Francesa, que há de ser vista, portanto, como “uma consequência da (...) luta franco-britânica pela hegemonia na economia-mundo” (op. cit., p. 130).

Essa sequência de acontecimentos, da qual não estavam ausentes os desdobramentos da política econômica na França posteriormente à Revolução Francesa, e nem as implicações das guerras franco-britânicas ocorridas entre 1792 e

1815, com as mal sucedidas tentativas napoleônicas para solapar o comércio externo britânico, produziu situação em que a Grã-Bretanha passou a cintilar como a potência hegemônica no sistema-mundo em 1815. As vantagens acumuladas desde 1763 haviam proporcionado uma inquestionável supremacia industrial e financeira, solidificada pela incorporação de bases marítimas que, no conjunto, possibilitavam o controle estratégico em escala global, fonte de um amplo e duradouro poderio. Embora a França tivesse avançado na modernização da sua indústria, sobretudo a têxtil, entre 1815 e 1840, isso aconteceu no seio de uma “ruralização dos lugares de produção” (op. cit., p. 174) e no sentido do mercado interno, sem representar, por conseguinte, qualquer ameaça à performance britânica em matéria de comércio exterior.

\* \* \*

Como se observa, a análise sobre o “moderno sistema mundial” lança luz sobre a estrutura de relações subjacentes às mudanças registradas na virada para o século XIX, base do quadro social e econômico que inspirou os ideais utópicos de Fourier e outros visionários. De fato, a convergência de processos com conseqüências tão marcantes como a mecanização aprofundada e a reorganização do trabalho, tendo como síntese o sistema fabril, é corretamente apreendida quando considerada no bojo da longa trajetória da economia-mundo capitalista, que no século XVIII registrou uma ferrenha disputa pela hegemonia mundial. Os movimentos protagonizados no embate entre os principais contendores, com as reações desencadeadas, representam aspectos da multissecular marcha do sistema mundial – em cadência que evoca a do deslocamento das placas tectônicas –, pois quando certos episódios concentram-se em “momentos” dessa longa e quase imperceptível movimentação (episódios explicáveis pelo próprio andamento do sistema) produzem-se acontecimentos que imprimem uma marca particular na história. A chamada “revolução industrial” constitui importante ilustração. No mesmo diapasão, pode-se considerar que posições e/ou iniciativas que representam confronto aos acontecimentos ou às suas conseqüências, configuram-se, de uma ou outra forma, como anti-sistêmicas.

Esse seria o caso do socialismo utópico de Fourier e das medidas de reforma social, frustradas ou não, estribadas no associado ideário. Fourier foi contemporâneo dos principais reflexos da abertura comercial francesa, origem de desestabilização econômica e deterioração das condições dos trabalhadores, e também testemunhou as tentativas para impulsionar a indústria daquele país no período 1815-1840 no âmbito

de uma “ruralização” da produção. Desse modo, é difícil refutar a postulação de que as suas idéias de reforma social estavam fortemente impregnadas pelo que evidenciava a observação da realidade francesa, em meio urbano ou rural, no rescaldo da perda da disputa pela liderança mundial. A decisão de emigrar, na década de 1840, de franceses seduzidos pelo propósito de instalar um *falanstério* no Brasil também aparece como caudatária da assinalada concentração de eventos naquela fase da economia-mundo capitalista, assim como das conseqüências para os trabalhadores (em especial os da França), tornando possível descrever a iniciativa da colônia no Saí como uma espécie de “espasmo anti-sistêmico”. São sugestivas do grau de vinculação entre a emigração e aqueles eventos algumas palavras do Dr. Mure na carta em que a idéia de uma colônia industrial no Brasil foi exposta, publicada pelo *Jornal do Commercio* em dezembro de 1840:

“No estado de sofrimento e de contínuas crises em que se acha [há] alguns anos a indústria da Europa, a necessidade da emigração é ali tão vivamente sentida, quanto a de atrair colonos o é nos vastos impérios que começam a vida de nações no continente da América” (Mure apud Boiteaux, 1944, p. 47).

.....  
.....Na América, “se a organização do trabalho não for mudada, se as relações dos produtores entre si não forem estabelecidas sobre outras bases, tereis em breve ao redor de vós as bancarrotas, as crises da indústria, as astúcias da traficância, o sacrifício dos obreiros ao capitalista (...) [como no] outro lado do Atlântico” (op. cit., p. 49).

## 5. Considerações Finais

Para finalizar, cabe uma palavra sobre o envolvimento do Brasil no “espasmo anti-sistêmico” representado pelo utopismo *fourierista*. O país deixara recentemente a condição colonial, a reboque de mudanças deflagradas no calor da disputa pela liderança no centro do sistema mundial: foi a investida de Napoleão sobre a Península Ibérica que provocou a transferência da corte portuguesa para o Brasil, inaugurando sucessão de acontecimentos que culminaram na independência. Todavia, o otimismo do início do século XIX diluiu-se perante as crescentes dificuldades econômicas e políticas das primeiras décadas de vida independente, agravadas pela dramática fragilidade financeira do governo central e pela conseqüente erosão da sua autoridade, refletida na escalada de revoltas e convulsões sociais em diferentes regiões (Furtado, 1987). Ora, em contexto no qual os movimentos básicos da economia assumiram não

mais do que “a forma específica de *diversificação da atividade produtiva, no interior da fazenda de escravos (...)*” (Rangel, 1981, p. 21, em itálico no original), as promessas ligadas à criação de focos de atividade industrial teriam que ostentar um inegável apelo no Brasil. Note-se que a percepção desse aspecto pelo Dr. Mure e seus sócios provavelmente influenciou a própria confecção do projeto, que se chamava “colônia industrial”, uma denominação pouco sintonizada com o ideário de Fourier, que abominava, pode-se dizer, a atividade industrial. A simpatia que o empreendimento angariou no governo brasileiro adquire sentido quando considerada no interior desse quadro: diante das dificuldades, a chance de abrigar núcleos de atividade industrial – inclusive com a prometida fabricação de máquinas a vapor – configurou atração irresistível, tanto que a roupagem socialista da proposta, que poderia suscitar insanáveis resistências numa elite de latifundiários escravistas, acabou não representando empecilho. A rigor, no Brasil do Segundo Reinado, o utopismo *fourierista* não foi encarado pela classe dirigente como algo distinto de um bom e grande negócio, fundamentalmente.

## Referências Bibliográficas

- AVÉ-LALLEMANT, Roberto. Viagem pelo Sul do Brasil no ano de 1858. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1953 (traduzido do original em alemão – edição de 1859).
- BOISSONNAT, Jean. 1782-1982. L’Expansion, Paris, nº 200-201, Outubro 1982, p. 18-24.
- BOITEUX, Henrique. O Falanstério do Saí. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Florianópolis, v. XII, p. 47-90, 1º semestre de 1944.
- BUBER, Martin. O socialismo utópico. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- CHACON, Vamireh. História das idéias socialistas no Brasil. 2ª ed. Fortaleza: Edições UFC; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- COELHO, Manoel J. d’Almeida. Memória Histórica da Província de Santa Catharina. Desterro: Typ. De J.J.Lopes, 1877. (reimpressão).
- ENGELS, Friedrich. La guerre des paysans en Allemagne. Paris: Editions Sociales, 1974a. [1850]
- ENGELS, Friedrich. Socialisme utopique et socialisme scientifique. Moscou: Editions du Progrès, 1974b. [1892]
- ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Global, 1985. [1845]
- ENGELS, Friedrich. Anti-Dühring. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. [1878]
- FOURIER, François M. C. El nuevo mundo industrial y societario. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1989. [primeira edição francesa em 1829]
- FREYRE, Gilberto. Um engenheiro francês no Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1940 (Coleção Documentos Brasileiros, nº 26).
- FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 22ª ed. São Paulo: Editora

- Nacional, 1987.
- GÜTTLER, Antonio C. A colonização do Saí (1842-1844): esperança de falansterianos, expectativa de um governo. Florianópolis, UFSC, Dissertação de Mestrado em História, 1994.
- HOBBSBAWN, Eric. As origens da revolução industrial. São Paulo: Global Editora, 1979.
- KONDRATIEFF, Nikolai D. Las ondas largas de la coyuntura. In: KONDRATIEFF, Nikolai D., GARVY, George. Las ondas largas de la economía. Madri: Revista de Occidente, 1946, p. 1-58.
- LANDES, David S. Prometeu desacorrentado. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- MADDISON, Angus. Phases of capitalist development. New York: Oxford University Press, 1982.
- MANTOUX, Paul. La revolución industrial en el siglo XVIII. Madri: Aguilar, 1962.
- MARX, Karl. Le capital. Livre I. Paris: Editions Sociales; Moscou: Editions du Progrès, 1982.
- MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. Manifeste du Parti Communiste. Paris: Librairie Générale Française, 1973. [1848]
- PEREIRA, Carlos da C. História de São Francisco do Sul. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1984.
- PETITFILS, Jean-Christian. Os socialismos utópicos. São Paulo: Círculo do Livro, 1977.
- RANGEL, Ignácio. A história da dualidade brasileira. Revista de Economia Política, v. 1, n 4, out.-dez. 1981, p. 5-33.
- S. THIAGO, Raquel. Fourier: utopia e esperança na Península do Saí. Blumenau: Ed. da FURB; Florianópolis: Ed. da UFSC, 1995.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem à Província de Santa Catharina. São Paulo: Sociedade Impressora Paulista, 1953 (traduzido do original em francês, edição de 1851).
- UMA carta sobre a colonização do Sahy. Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Florianópolis, v. III, p. 13-16, 1914.
- WALLERSTEIN, Immanuel. El moderno sistema mundial. I: La agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI. México: Siglo Veintiuno Editores, 1979.
- WALLERSTEIN, Immanuel. El moderno sistema mundial. II: El mercantilismo y la consolidación de la economía-mundo europea, 1600-1750. México: Siglo Veintiuno Editores, 1984.
- WALLERSTEIN, Immanuel. Call for a debate about the paradigm. Unthinking social science: the limits of Nineteenth-Century paradigms. Cambridge: Polity Press, 1991, p. 237-256.
- WALLERSTEIN, Immanuel. El moderno sistema mundial. III: La segunda era de gran expansión de la economía-mundo capitalista, 1730-1850. México: Siglo Veintiuno Editores, 1998.
- WILSON, Edmund. Rumo à Estação Finlândia. 5ª reim. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.